

# **REFLEXÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO A PARTIR DA EC N. 45, DE 31.12.2004, E AS REPERCUSSÕES NO DIREITO JUDICIÁRIO TRABALHISTA**

---

**JOSÉ AUGUSTO DELGADO**  
*Ministro do Superior Tribunal de Justiça\**

## **1. INTRODUÇÃO. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A REFORMA DO PROCESSO CIVIL E TRABALHISTA.**

Os juristas que investigam a formatação do Direito Processual no curso deste século XXI, influenciados por idéias que foram desenvolvidas no século anterior, estão convencidos que não há mais possibilidade de não ser resolvida a profunda crise que invade essa via de entrega da prestação jurisdicional, consistente na demora com que a solução dos conflitos tem sido entregue à cidadania.

Há um clamor generalizado. A insatisfação por essa deficiência da atuação estatal cresce em todo o mundo, gerando, como consequência, um posicionamento mais atento do legislador.

Entre os postulados a serem seguidos pelo Estado Democrático de Direito está, em posição de destaque, o que a atuação do Poder Judiciário, como entidade estatal encarregada de solucionar os conflitos, gerando estado de paz no relacionamento entre os homens e entre estes e as instituições, deve desenvolver-se com celeridade, segurança, confiabilidade e desburocratizada.

---

\* Ministro do TSE (biênio 2006/2008). Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual do RN. Doutor Honoris Causa da Universidade Potiguar. Acadêmico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (RJ). Acadêmico da Academia Brasileira de Direito Tributário (SP). Eleito Acadêmico da Academia Norte-Riograndense de Letras do RN. Professor de Direito Público (Administrativo, Tributário e Processual Civil). Professor UFRN (aposentado). Ex-professor da Universidade Católica de Pernambuco. Sócio Honorário da Academia Brasileira de Direito Tributário. Sócio Benemérito do Instituto Nacional de Direito Público. Conselheiro Consultivo do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem. Integrante do Grupo Brasileiro da Sociedade Internacional do Direito Penal Militar e Direito Humanitário. Professor convidado da UNICEUB, no Curso de Especialização em Direito Público.

Nesse contexto, a reforma da legislação processual passou a ser considerada como tema prioritário pelos governantes do Brasil, que têm envidado esforços para melhorar o quadro legal disciplinador da prática dos atos processuais.

A consolidação dos objetivos da reforma só será alcançada se forem afastados, por imposição leal, os gargalhos existentes no ordenamento jurídico que impedem a entrega de uma solução das lides pelo Poder Judiciário de modo menos lento do que como é feito na atualidade.

As diretrizes da reforma processual dirigem-se, primeiramente, para elevar ao nível de direito fundamental a garantia de que o cidadão tem direito a solução do processo em um prazo razoável.

Fiel aos propósitos a serem alcançados, o Estado brasileiro introduziu em sua Constituição vigente, Carta Magna de 1988, a Emenda Constitucional n. 45, de 31.12.2004, denominada de Reforma do Poder Judiciário, onde desponta com absoluto destaque a introdução no art. 5º, da Constituição Federal, o inciso LXXVIII, determinando que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

A razoável duração do processo e os meios que garantidores da celeridade de sua tramitação estão, assim, pela primeira vez em nosso sistema de direito, elevados ao mais elevado patamar de imposição jurídica. São valores de nível constitucional dotados de ampla eficácia e efetividade, pelo que não é dado ao intérprete interpretá-los com qualquer restrição. Pelo contrário. Há de ser extraído da mensagem contida no inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal, toda a força que ela contém para que o objetivo visado seja alcançado de modo absoluto. A sua interpretação, conseqüentemente, deve ser de modo ampliado.

Há de se conceber o referido dispositivo constitucional como sendo uma norma, embora, em tese, de natureza programática e idealista, porém com um substrato de concretude refletido no propósito de propiciar celeridade na entrega da prestação jurisdicional, atendendo aos anseios da cidadania.

Destacamos, desde logo, que, como adverte Sérgio Bermudes (A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional n. 45, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005, p. 11),

se não existem meios de fazer célere o processo, o dispositivo cai no vazio, não passando de um pensamento desejoso do legislador. Num país que dispõe de menos de um terço dos juízes que precisa, assessorados por uma infra-estrutura cartorária deficiente, agravado o quadro pela precariedade da postulação jurisdicional, não se pode esperar que um processo tenha razoável duração, nem que se encontrem meios de garantir a celeridade da tramitação dele. Mutatis mutandis, não é diferente a situação, no tocante aos processos administrativos.

Prossegue o autor acima citado:

O Estado viola a norma do inciso LXXVIII, se não providenciar os meios necessários ao cumprimento dela, sendo isso possível. Se houver condições para a observância do preceito, a autoridade competente será responsável pelo seu cumprimento. Não existindo, a norma corresponderá a um ideal, como ocorre, por exemplo, com os arts. 205, 208 ou 215 da Carta.

Conclui Sérgio Bermudes:

O descumprimento do inciso LXXVIII, que se dá quando existir a real possibilidade de atender-se a ele, põe a parte na condição de pedir a reparação de prejuízos. Obviamente, a transgressão do mandamento não repercute na validade, ou na eficácia do processo judicial, ou administrativo. Mesmo lenta a sua tramitação, as decisões neles proferidas produzem os efeitos regulares, salvo – desnecessário acrescentar-se por outro motivo forem nulas.

Guardando fidelidade a esse desiderato, o Estado brasileiro, por seus Poderes Legislativo e Executivo, conseguiu, nos anos de 2005 e 2006, entregar ao ordenamento jurídico positivado algumas leis ordinárias que visam emprestar cumprimento ao comando do inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal.

Não obstante o posicionamento que assumimos no sentido de não apoiar reformas pontuais no Direito infraconstitucional processual, por quebrar a harmonia do Código de Processo Civil e da disciplina do Processo Judicial do Trabalho, não há como deixar de conviver com a realidade legislativa que estamos vivenciando. Esta, como é do conhecimento de todos os operadores de direito, está caracterizando-se pela aprovação de várias leis ordinárias dedicadas a alterar as normas processuais civis, pelo que, não há outro caminho a seguir, senão o de com convivermos com elas e buscarmos fixar a sua interpretação com os sentimentos voltados para o princípio constitucional garantidor da razoável duração do processo e da utilização dos meios necessários para garantia da celeridade processual.

O quadro legislativo reformista do processo civil e trabalhista brasileiro, compreendendo o período iniciado com a Emenda Constitucional n. 45, de 31.12.2004, até o mês de março de 2007, considerando as leis já sancionadas e em vigor, pode ser apresentado com base no esquema seguinte:

- a) Emenda Constitucional n. 45, de 31.12.2004.
- b) Lei n. 11.187, de 19.10.2005. Confere nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências.
- c) Lei n. 11.232, de 22 .12.2005. Estabelece a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento e revoga dispositivos relativos à execução fundada em título judicial, e dá outras providências (Rompeu com a autonomia do processo de conhecimento e a autonomia do processo de execução. Efetou o denominado sincretismo entre o processo de conhecimento e o processo de execução).

d) Lei n. 11.276, de 07.02.2006. Altera os arts. 504, 506 e 518 do CPC, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de apelação e outras questões. Cria a denominada súmula impeditiva de recurso. Confere maior efetividade às decisões que estejam em consonância com jurisprudência predominante dos tribunais, evitando recursos protelatórios. Desburocratiza o procedimento de saneamento de nulidades processuais, permitindo aos tribunais que, ao apreciar o recurso, decida sobre nulidades ocorridas na primeira instância, evitando a devolução do processo para esse fim ao juiz de primeiro grau.

e) Lei n. 11.277, de 07.02.2006. Acrescenta o art. 285-A ao CPC. Racionaliza o julgamento dos processos repetitivos, permitindo ao juiz dispensar a citação do réu e julgar a ação improcedente, quando a controvérsia veiculada for exclusivamente de direito e já tenha sido objeto de julgamento pela total improcedência em diversos casos idênticos submetidos ao mesmo juízo" "(In "Reforma Infraconstitucional do Judiciário", publicação do Ministério da Justiça).

f) Lei n. 11.280, de 16.02.2006. Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 do CPC, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e visa dos autos. Revoga, também, o art. 194 do Código Civil (prescrição de ofício). Esta lei "delimita o prazo de dez dias para o pedido de vistas do processo nos tribunais, determinando sua colocação em pauta na sessão imediatamente subsequente ao término deste prazo, medida que busca reduzir os atrasos nos julgamentos causados pela demora na devolução dos processos retirados de pauta pelo pedido de vista "(In "Reforma Infraconstitucional do Judiciário", publicação do Ministério da Justiça). A lei em destaque atribui, ainda, 'poderes' aos juízes para decretar de ofício a prescrição, quer a causa seja de natureza patrimonial ou não, o que impedira o prosseguimento de demandas versando sobre obrigações prescritas. Por último, abre espaço para que os tribunais regulem, por atos ou resoluções, a prática e a comunicação de atos processuais por meios eletrônicos.

g) Lei n. 11.382, de 06.12.2006. Altera a disciplina do CPC no relativo a processo de execução e a outros assuntos. No entender do Ministério da Justiça, esta lei "complementou a mais importante das reformas realizadas na legislação processual, iniciada pela Lei 11.232/05. Simplifica, racionaliza

e moderniza o processo de execução de títulos extrajudiciais (notas promissórias, contratos de aluguel e cheques). Dentre as principais inovações trazidas pela lei estão: a atribuição de direito ao credor para indicar os bens do devedor que serão penhorados (antes a indicação era feita pelo devedor); a priorização da adjudicação (quando o credor toma o bem penhorado para si) na expropriação (retirada dos bens do devedor para saldar a dívida), em detrimento do leilão em praça pública, procedimento que tem se mostrado caro, moroso e ineficiente; a adoção da penhora *on line* e do leilão pela rede mundial de computadores como instrumentos para a realização da execução; e a possibilidade de parcelamento da dívida, caso o devedor a reconheça e desista de questioná-la judicialmente" "(In "Reforma Infraconstitucional do Judiciário", publicação do Ministério da Justiça).

h) Lei n. 11.341, de 07.08.2006. Altera o art. 541 do CPC para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial.

i) Lei 11.419, de 19.12.2006. Regula a informatização do processo judicial, permitindo a comunicação eletrônica dos atos processuais, instituindo o processo eletrônico e alterando vários dispositivos do CPC.

j) Lei n. 11.417, de 19.12.2006. Regulamenta o art. 103-A da CF e altera a Lei n. 9.784, de 29.01.1999 (Processo Administrativo), disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. "A medida visa conferir maior estabilidade às decisões judiciais, ao mesmo tempo em que confere maior efetividade às decisões da mais alta corte do Poder Judiciário" "(In "Reforma Infraconstitucional do Judiciário", publicação do Ministério da Justiça).

k) Lei n. 11.418, de 19.12.2006. Regulamenta o § 3º do art. 102 da Constituição Federal, isto é, o "procedimento para a aferição da repercussão geral do recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal, permitindo a aplicação desse novo requisito de admissibilidade criado pela Emenda Constitucional n. 45. Dessa forma, busca-se centrar a atuação da Corte Suprema nas demandas que tenham grande repercussão na sociedade.

l) Lei n. 11.441 de 04 de janeiro de 2007, que, alterando o CPC, possibilita a realização do inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.

Segundo o Ministério da Justiça, conforme anotado na publicação já citada, a lei em questão só pode ser aplicada quando existir acordo prévio entre as partes e não envolva interesses de menores ou incapazes, tudo acompanhado por advogado. Afirmado está no documento referido que “esta lei contribuirá para a redução do volume de processos remetidos ao Judiciário, possibilitando que a estrutura deste órgão fique concentrada na resolução de processos que envolvam conflitos, deixando para a esfera extrajudicial aquelas demandas de caráter consensual envolvendo apenas interesses disponíveis”. Registra, ainda, a mencionada publicação que, “segundo o IBGE, em 2005 foram realizados no país 100.448 separações e 150.714 divórcios, dos quais quase 80% são de natureza consensual. Com a entrada em vigor da Lei n. 11.441/07, a maior parte desses procedimentos poderá ser realizada pela via extrajudicial, o que terá impacto direto na redução da demanda submetida ao Poder Judiciário. Ao mesmo tempo, a Lei disponibiliza aos cidadãos um mecanismo extrajudicial rápido, seguro e eficiente para a regularização de situações em que não existe conflito entre as partes.

A ânsia reformista da legislação infraconstitucional processual vivenciada na atualidade não ultimou-se. Há outros projetos em tramitação no Congresso, modificando o CPC e o Processo Judicial do Trabalho. Eis os principais projetos em tramitação no Poder Legislativo da Nação:

- a) O PL 4723/04 que trata de criar regras de uniformização das decisões dos juizados especiais estaduais, em causas que não ultrapasse o valor de 40 salários mínimos.
- b) O PLS 135/06 que pretende alterar a regra geral sobre os efeitos da apelação. Este passará a ser recebido apenas no efeito devolutivo, salvo nas hipóteses previstas no projeto, quando o recurso será recebido no efeito suspensivo, quando, por exemplo, o prosseguimento da execução possa causar dano irreparável ou de difícil reparação à parte devedora.
- c) O PL 4827/98 que institui a mediação como fase obrigatória nos litígios sobre direitos disponíveis.
- d) O PL 1343/03 que acrescenta mais um requisito para a admissibilidade do recurso especial, isto é, condicionando a sua aceitação só quando possuir repercussão geral (presente interesse de toda a sociedade).



- e) PL 61/03 – Pretende alterar os prazos fixados para a Fazenda Pública e sugere mudanças na execução veiculada contra esse órgão. Extingue o reexame necessário para condenações de até 500 salários mínimos e a possibilidade de penhora de bens dominicais.
- f) PL 138/04. Propõe a extinção dos embargos de declaração. Estes serão substituídos pelo pedido de correção, com procedimento mais simples e célere.
- g) PLC 04/06 – Permite que o próprio advogado, no processo trabalhista, declare a autenticidade das cópias de documentos oferecidos como provas.
- h) PLC 80/06 – Condiciona a propositura da ação rescisória trabalhista à realização do depósito prévio de 20% do valor da causa, de modo a impedir que esse instrumento excepcional destinado à reabertura da discussão de casos já decididos pelo Poder Judiciário seja utilizado de maneira ordinária como um simples recurso.
- i) PLC 66/06 – Reduz as hipóteses de embargos junto ao Tribunal Superior do Trabalho de modo a limitar a utilização desse recurso com fins protelatórios.
- j) PL 473/04 – Pretende que o executado, ao receber a sentença condenatória, pague ou indique bens para garantir a dívida, caso contrário, ele estará proibido de apresentar recurso contra a execução. A mudança vai agilizar a execução e impedir manobras como o ocultamento de bens, usuais na área trabalhista.
- k) PL 4732/04. Restringe as hipóteses de cabimento do recurso de revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho, impedindo o uso desse instrumento para fins meramente protelatórios e para causas de valor inferior a 60 salários mínimos, o que permitirá a este tribunal priorizar sua atuação nas causas de grande repercussão social.
- l) PL 4734/04 – Condiciona a interposição de recurso na Justiça do Trabalho ao depósito prévio do valor da condenação até o limite de 60 salários mínimos, valor que ficará depositado em juízo até o término do recurso, quando deverá ser restituído à parte vencedora. A medida tem como objetivo desestimular a propositura com fins protelatórios e proteger a parte vencedora em primeira instância dos ônus decorrentes da demora na tramitação do recurso interposto pela parte vencida”.



## **2. O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO (INCISO LXXVIII, ART. 5º, CF) E O PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO.**

O sistema adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro adota estrutura que configura ser cientificamente incompleto o direito processual trabalhista. A tanto está a confirmar o art. 769 da CLT, integrante das disposições preliminares do Título X, Capítulo I, ao ditar: “Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título”.

Em razão dessa característica do processo judiciário do trabalho, adota-se a técnica de integração do direito processual trabalhista com os ditames da Constituição Federal, do Direito Processual Civil (nos casos omissos e que não sejam incompatíveis com as normas rituais previstas na CLT) e com os postulados e princípios gerais regedores da ciência jurídica formal.

A vinculação do Direito Material e Processual do Trabalho aos postulados constitucionais cresce, na época contemporânea, de importância, não só pela necessidade de ser a eles dado o máximo de efetividade e eficácia, mas, também, para que possam atender aos desígnios da Carta Magna de construir, no Brasil, um Estado Democrático de Direito fundado em um sistema federativo harmonizado com a potencializada máxima dos valores glorificantes da cidadania, da dignidade humana, da função social do trabalho e da igualdade.

O círculo dessas idéias e desses propósitos jurídicos constitucionais está composto por postulados, princípios e regras.

“Os postulados”, na doutrina de Humberto Ávila (“Teoria dos Princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos”, São Paulo: Malheiros, 6ª ed., p 168, “são normas imediatamente metódicas, que estruturam a interpretação e aplicação de princípios e regras mediante a



exigência, mais ou menos específica, de relações entre elementos com base em critérios”.

Segundo o autor citado, na obra referida, p. 167, “os princípios são normas imediatamente finalísticas, primariamente prospectivas e com pretensão de complementariedade e de parcialidade, para cuja aplicação demandam uma avaliação da correlação entre o estado de coisa a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havia como necessária à sua promoção”.

Por último, Humberto Ávila, ob cit., p. 166, ensina que

....regras são normas imediatamente descritivas, primariamente retrospectivas e com pretensão de decidibilidade e abrangência, para cuja aplicação se exige a avaliação da correspondência, sempre centrada na finalidade que lhes dá suporte e nos princípios que lhe são axiologicamente sobrejacentes, entre a construção conceitual da descrição normativa e a construção conceitual dos fatos.

No âmbito desse panorama teórico de valoração de institutos jurídicos que influenciam a compreensão do direito regulador do funcionamento da Nação, quer de ordem constitucional, quer de ordem infraconstitucional, destacamos, por ser o objeto de nossos estudos no presente trabalho, o inciso LXXVIII do art. 5º da CF, norma introduzida em nosso ordenamento jurídico maior pela Emenda Constitucional n. 45, de 31 de dezembro de 2004, consagradora, como direito fundamental da cidadania e da valorização da dignidade humana, a razoável duração do processo administrativo e judicial.

Há de se compreender que a elevação da razoável duração do processo administrativo e judicial como garantia fundamental constitucional assegurada às pessoas (físicas e jurídicas) que estão em situação de litígios, constitui a mais importante reforma realizada em nosso sistema processual, abrangendo diretamente o processo civil, o processo administrativo específico, o processo trabalhista, o processo penal, o

processo judicial e administrativo tributário, o processo previdenciário e outros tipos, com o desejo de afastar a crise sofrida por todos os segmentos da Nação com a demora na entrega da prestação, pelo Estado, de solução de conflitos nas áreas já identificadas.

O tema, pela sua importância, tem sido abordado pela doutrina e ensejado calorosas discussões acadêmicas em cursos de graduação e pós-graduação. É louvável essa postura dos estudiosos do direito. Estão contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, entre elas o direito fundamental do processo administrativo judicial, via formal de solução de conflitos, ser solucionado em prazo razoável.

Nesse campo de atividade intelectual jurídica, destacamos a tese de mestrado defendida por Paulo Haffman (Advogado em SP, Prof. Universitário e Doutorando em Processo Civil pela PUC/SP), intitulada "Razoável Duração do Processo", aprovada com louvor da banca examinadora, publicada pela Editora Quartier Latin, 2006.

Do pensamento e das conclusões do mencionado doutrinados, pela importância da mensagem expedida, destacamos as partes seguintes:

a) Pode parecer um pouco exagerada em uma primeira análise a definição do 'direito à duração razoável do processo' como sendo questão atinente aos 'direitos humanos', principalmente se comparado ao 'direito à vida', à 'integridade e liberdade pessoal', à 'liberdade de pensamento e expressão' ou ao 'veto à escravidão e exploração humana', que são, sem dúvida, de muito maior relevo e gravidade. Todavia, esses últimos, até por serem mais genéricos e conhecidos, normalmente são respeitados e possuem mecanismos próprios para evitá-los e coibi-los quando ocorrem, ao contrário da duração exagerada e absurda do processo, que é um problema e uma preocupação em todo o mundo, embora de forma mais velada e dificilmente equacionada" (Obra citada, p. 211).

b) Acerca dessa preocupação mundial com a duração do processo, interessante reproduzir nota de rodapé contida na obra Manual de Direito Processual Civil, do Mestre Arruda Alvim: 'É vasa a literatura contemporânea, revelando a

universalidade do tema, no que diz respeito à sensação, senão, mesmo, à clara percepção do descompasso existente entre as sociedades civis e os seus aparatos estatais. O que varia é a extensão real do problema, a que é geralmente correlato o grau de insatisfação. V..., a respeito Mauro Cappelletti e Bryan Garth, *Access to Justice, A Word Suvei*, (Acesso à Justiça- Uma visão Mundial), com inúmeras publicações em diversos países, que é o relatório geral sobre o assunto, elaborado à luz das múltiplas informações dos relatores nacionais; ainda, veja-se *Access to Justice and the Welfare State* (Acesso à Justiça é o Estado de Bem-Estar), editado por Mauro Cappelletti, com a assistência de John Weiner e Mônica Seccombe, 1981, com diversas publicações, ainda, de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, editado em abril de 1983, *Finding na Appropriate Compromise. A Coparative Study of individualistic Models and Group Righths in Civil Procedure* (Na busca de um compromisso adequado: um estudo comparativo dos modelos individualistas e dos direitos dos grupos no processo civil). Pode-se dizer que esta referência bibliográfica, iniciada em função de se terem tornado aguda as pressões com o descontentamento dos grupos sociais, revelou-se interminável e se iniciou aproximadamente uma duas décadas depois da segunda guerra mundial. Na América Latina é digno de leitura o trabalho de Morello, Berinzonce, Hitter e Nogueira, *La Justicia enre dos Épocas, La Plata, 1983*, passim, mas, especialmente, o trabalho de Augusto Mario Morello, capítulo II, *Las Nuevas Exigências de tutela (Experiências y alternativas para repensar la política procesal y asegurar la eficácia del servicio* (ob. cit. p. 388-389)" (pp. 211/212).

c) Um Estado democrático não pode abandonar seus cidadãos a um processo lento e viciado, pois não é raro que as vidas e o destino das pessoas estejam diretamente vinculados à solução de um determinado processo, motivo pelo qual é extremamente leviano fazê-los aguardar tempo excessivo pela decisão judicial, somente porque falta interesse e vontade política para estruturar e aparelhar adequadamente o Poder Judiciário. Como dissemos no corpo do trabalho, um processo que dura um dia a mais do estritamente necessário não terá duração razoável e já será injusto (ob. cit. p. 212).

d) Nosso posicionamento é cristalino no sentido de que o Estado é responsável objetivamente pela exagerada duração do processo, motivada por culpa ou dolo do juiz, bem como por ineficiência da estrutura do Poder Judiciário, devendo indenizar o jurisdicionado prejudicado – autor, réu, interveniente ou terceiro interessado -, independentemente

de sair-se vencedor ou não na demanda, pelos prejuízos materiais e morais. (Ob. cit. p. 219).

e) A natural duração do processo já acarreta danos às partes, razão de o legislador prever, entre outras medidas, o seqüestro, a execução provisória, a correção monetária e, atualmente, a antecipação dos efeitos da tutela a minimizar os prejuízos advindos da espera. Contudo, necessário se faz acabar com a morosidade que decorre dos mais diversos fatores e que prolonga o processo muito além do essencial e justo. (Ob. cit., p. 220).

f) A tutela jurisdicional correta, eficaz e justa deve ser exaltada não só pelo advogado, mas também pelo próprio juiz que a concede, pois este deve ser imparcial sem ser insensível à realidade da vida, lembrando que não julga papéis somente, mas a vida de pessoas e questões como honra, patrimônio e destino.

g) A excessiva demora do julgamento dos recursos cria um ciclo vicioso que incentiva a parte vencida na demanda a recorrer como modo de procrastinar o início da execução, uma vez que a apelação tem por regra o efeito suspensivo, que mantém a sentença em um grau de ineficácia no plano fático. Fosse a regra do recebimento somente no efeito devolutivo, por certo haveria um desestímulo à interposição de recursos de apelação. (Ob. cit. p. 223).

Como destacado, o princípio de natureza constitucional consagrado no inciso LXXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal, denominado de razoável duração do processo, está a gerar uma ampliação da responsabilidade civil extracontratual do Estado. A fixação desse entendimento envolver a demora na entrega da prestação jurisdicional em todas as áreas do Poder Judiciário, com destaque no âmbito da Justiça Trabalhista pela função social que desempenha na solução dos conflitos.

Há de se ter em consideração, na concepção desse atualizado movimento jurídico em prol da defesa de tão salutar direito fundamental do cidadão, o de ver solucionado em tempo razoável o seu conflito, os comportamentos da doutrina e da legislação internacional sobre o assunto.

Com as nossas preocupações voltadas para esse panorama, o de como esse direito, o da razoável duração do processo, está sendo trabalhado por Nações estrangeiras, situamos as nossas análises na Itália. Neste país, em face da gravidade da crise processual, pela acentuada demora na entrega da prestação jurisdicional, o legislador aprovou, com apoio do Executivo, a denominada Lei Pinto, haja vista ter sido proposta pelo Senador Pinto.

O mencionado dispositivo legal italiano tomou o n° 89 e foi publicado em 24 de março de 2001 (Publicada na Gazzetta Ufficiale n° 78 de 03 de Abril de 2001).

Dispõe a Lei italiana n. 89, de 24 de março de 2001:

“Lei 24 de Março 2001 n°89 (Publicada na Gazzetta Ufficiale n°78 de 03 de Abril de 2001).

Previsão de igual reparação em caso de violação do término razoável do processo e mudança do Artigo 375 do Código de Processo “ou Ação Judicial” Civil.

A Câmara dos deputados e o senado da República aprovaram.

O Presidente da República Promulga a seguinte Lei:

ITEM I

Definição imediata do Processo Civil

Art 1 – (Nota)

Pronuncia (ou declara) na Câmara de Conselho

O artigo 375 do Código da forma de tratar no Fórum uma questão ou “processo” civil é substituído do seguinte.

Art 375 – (Declara ou Pronuncia em Câmara de Conselho) – A Corte – seja em seções unidas que em seções simples, pronuncia (ou declara) com questão de ordem na Câmara de Conselho quando reconhece do dever.

Declarar a inadmissibilidade do recurso principal e daquele incidental eventualmente proposto.

Ordenar a integração do contraditório ou dispor que seja seguida a notificação da impugnação a norma do artigo 332.

Declarar a extinção do processo por advinda renuncia da norma do artigo 390.

Pronunciar em ordem à extinção do processo em cada outro caso.

Pronunciar sobre instâncias de regulamento de competência e de jurisdição.

A Corte, seja a seções unidas como que a seções simples, declara sentença na câmara de conselho quando o recurso principal e aquele incidental eventualmente proposto são manifestamente fundados e vão, portanto, acolhidos ambos, o quando reconhece de dever pronunciar a rejeição de ambos por falta de fundamento dos mesmos, ainda mais quando um recurso vai acolhido para ser manifestamente fundado e o outro vai rejeitado por falta dos motivos previstos no artigo 360 ou por manifesto de falta de fundamento dos mesmos.

A Corte, se retém que não recorrem às hipóteses de cujo ao primeiro e ao segundo parágrafo (ou inciso), reenvia a causa à publica audiência.

As conclusões do público ministério, ao menos vinte dias antes da audiência da Corte na câmara de conselho, são notificados aos



advogados das partes, que têm faculdade de apresentar memórias dentro do término (ou termo) de cujo ao artigo 378 e de ser sentidos, parecem-se, nos casos previstos ao primeiro parágrafo (ou inciso) , números 1), 4) e 5). Limita-nos casos previstos ao regulamento de jurisdição, e ao segundo parágrafo (ou inciso).

## ITEM II – (do latim) igual reparação

### Art. 2 (nota)

#### Direito da igual reparação (do latim = equa)

1 - Quem tem logo um dano patrimonial ou não patrimonial por efeito de violação da Convenção pela salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, ratificada aos termos da lei 4 de agosto de 1955, nº 848, sob o aspecto do malogrado respeito do termo (ou termo) razoável de cujo ao artigo 6, parágrafo I, da Convenção, tem direito a uma igual reparação.

2 - No acerto a violação o juiz a complexidade do caso e, em relação à mesma, o comportamento das partes e do juiz do procedimento, ainda mais aquele de cada outra autoridade chamada a concorrer-vos ou a de qualquer maneira contribuir à sua definição.

3 – O juiz determina a reparação a norma do artigo 2056 do código civil, observando as disposições seguintes:

Releva somente o dano referente ao período excedente o termo (ou termo) razoável de cujo inciso 1.

O dano não patrimonial é reparado, além de que com o pagamento de uma soma de dinheiro, também através adequadas formas de publicidades da declaração da advinda violação.

### Art. 3 (nota)

## Procedimento

1 - A pergunta de igual reparação se propõe perante à Corte de apelação do Distrito em cujo tem sede o Juiz competente aos sentidos do Artigo 11 do Código de procedimento penal para julgar nos procedimentos concernentes aos magistrados no cujo distrito está concluído ou extinto relativamente aos graus de mérito ou bem pende o procedimento no cujo âmbito a violação se assume verificada.

2 – A petição se propõe com recurso depositado na chancelaria da Corte de apelação, subscrito de um defensor munido de procuração especial e contudente os elementos de cujo ao artigo 125 do Código de processo civil.

3 – O recurso é proposto nos confrontos do Ministro da Justiça quando se trata de procedimentos do juiz militar, do Ministro das Finanças quando se trata de procedimentos do juiz tributário. Nos outros casos é proposto nos confrontos do Presidente do Conselho dos Ministros.

4 – A Corte de apelação providencia aos sentidos dos artigos 737 e seguintes do código de processo civil. O recurso, em conjunto com o decreto de fixação da câmara de conselho, é notificado, ao cuidado do recorrente, à administração convencionada, pegado a advocacia do Estado (Nação). Entre a data da notificação e aquela da câmara de conselho deve intercorrer um término (ou termo) não inferior a quinze dias.

5 – As partes têm poder de requisitar que a Corte disponha a aquisição no todo ou em parte dos atos e dos documentos do procedimento em cujo assume-se ser verificada a violação de cujo artigo 2 e tem direito juntamente aos defensores deles, de ser ouvido em câmara de conselho se comparecerem. São admitidos o depósito de memórias e a produção de documentos até cinco dias antes da data em cujo está fixada a câmara de conselho, ou bem até o término (ou termo) que a tal escopo designado da Corte o ocorrido de relativa instância das partes.

6 – A Corte pronuncia, dentro de quatro meses do depósito do recurso, decreto impugnável para cassação. O decreto é imediatamente executivo.

7 – A distribuição das indenizações aos adventos direitos advém, nos limites dos recursos disponíveis, a iniciar no dia 1º do mês de janeiro do ano de 2002.

Art. 4º - Término (termo) e condições de proponibilidade.

1 – A petição de reparação pode ser proposta durante a pendência do procedimento no cujo âmbito a violação assume-se verificada, ou bem, a pena de decadência, dentro de seis meses do momento em cujo a decisão que conclui o mesmo procedimento, tornou-se definitiva.

Art. 5º Comunicações

1 – O decreto de acolhimento da petição é comunicado aos cuidados da chancelaria, além de que às partes, ao procurador geral da Corte dos cálculos, aos finais do eventual encaminhamento do procedimento de responsabilidade, ainda mais aos titulares da ação disciplinar dos dependentes públicos todavia interessados do procedimento.

ART. 5 – Bis.

I – O procedimento de cujo artigo 3 é isento do pagamento da contribuição unificado de cujo ao artigo 9 da lei 23 de dezembro do ano de 1999. N° 488

ART. 6 (Nota)

1 – No término dos seis meses da data da entrada em vigor da presente Lei, aqueles os quais tenham já tempestivamente apresentado recurso à corte europeia dos direitos do homem, sob o perfil do faltado

respeito do termo razoável de cujo ao artigo 6, parágrafo 1, da convenção para salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, ratificada aos sentidos da lei 4 de agosto de 1955, nº 848, podem apresentar a petição de cujo ao artigo 3 da presente lei toda vez que não seja intervinda uma decisão sobre a aceitabilidade da parte da predita Corte européia

2 – A chancelaria do Juiz Adito informa sem atraso ao Ministério dos afazeres exteriores de todas as Petições apresentadas aos sentidos do artigo 3 no termo de cujo inciso 1 do presente artigo.

#### ART. 7

##### Disposições financeiras

1 – Ao ônus derivante da atuação da presente lei, válido em liras 12.705 milhões no decorrer do ano 2002, prove-se mediante correspondente redução das projeções da deliberação inscrito, aos fins do Balanço Trienal 2001 – 2003, no âmbito da unidade previsional da base da parte corrente “fundo especial” do estado da previsão do Ministério do Tesouro, do Balanço e da Programação econômica para o ano 2001, ao propósito parcialmente utilizando o acantonamento relativo ao mesmo Ministério.

2 – O Ministro do Tesouro, do Balanço e da Programação econômica é autorizada a conduzir, com próprios decretos as ocorrentes variações do balanço.

A presente Lei, munida do sigilo do Estado (país), será inserida na Reunião oficial dos Atos Normativos da República Italiana, e ocorrido encargo a qualquer pessoa competir de observá-la e de fazê-la observar como lei do Estado (País).

#### NOTE

ADVERTÊNCIA: O texto das notas aqui publicada foi redigido da administração competente por matéria, aos sentidos do artigo 10, inciso 3, do texto único das disposições sobre a promulgação das leis, sobre a emanção dos decretos do Presidente da República e sobre as publicações oficiais da República Italiana, aprovado com D. P. R. de 28 de dezembro de 1985, nº 1092, com a finalidade somente de facilitar a leitura das disposições de lei às quais tem executado o reenvio. Restam invariados o valor e a eficácia dos atos legislativos aqui transcritos.

Note ao artigo 1:

Se restitui o texto dos artigos 332, 360 e 378 do código do processo civil.

"ART. 332 (Notificação da impugnação relativa a causas separáveis). Se a impugnação de uma sentença pronunciada em causas separáveis foi proposta somente de alguma das partes ou nos confrontos de alguma delas, o Juiz o ordena a notificação às outras, fixando o termo no qual a notificação deve ser feito e, se for necessário, a audiência de comparecimento.

Se a notificação ordenada pelo juiz não acontece, o processo permanece suspenso até ao que não sejam decorridos os termos previstos nos artigos 325 e 327, inciso primeiro.

ART. 360 (Sentenças Impugnáveis e Motivos de Recursos). As sentenças pronunciadas em grau de apelação ou em único grau podem ser impugnadas com recurso por cassação.

Por motivos atinentes à jurisdição.

Por violação das normas sobre competência, quando não está prescrito o regulamento de competência.

Por violação ou falsa aplicação de normas de direito.

Por nulidade da sentença ou do procedimento.

Por omissão, insuficiente ou contraditória motivação acerca de um ponto decisivo da controvérsia, defrontado das partes ou relevável do ofício.

Pode, além disso, ser impugnada com recurso para cassação uma sentença apelável do tribunal, se as partes estão de acordo para omitir a apelação: Mas em tal caso a impugnação pode propor-se somente para violação ou falsa aplicação das normas de direito.”

“ART. 378 (Depósito de memórias de partes). \_ As partes podem apresentar as memórias deles em chancelaria não além de cinco dias antes da audiência.”

Notas ao Art. 2:

Se reporta ou restitui o texto do Art. 6 da lei 4 de agosto de 1955, nº 848 (Ratifica a execução da convenção para a salvaguarda dos direitos do homem e da liberdade fundamental assinada em Roma no dia 4 de novembro de 1950 e do protocolo adicional à mesma convenção, assinada em Paris no dia 20 de março de 1952), publicado na Gazzeta Ufficiale de 24 de setembro de 1955, nº221.

Se reporta ou restitui o texto do ART. 2056 do Código Civil.

“ART. Nº 2056 (avaliação dos danos). \_ O ressarcimento devido ao danificado deve-se determinar segundo as disposições dos artigos nº 1223, 1226 e 1227.

O lucro cessante e avaliado do Juiz com equo apreço das circunstâncias do caso.”

Notas ao Art. 3:

Se relata o texto do Art. 11 do código do processo penal.

ART. 11 (Competência para os procedimentos concernente aos magistrados.) – 1, - os procedimentos em cujo um magistrado assume a qualidade de pessoa submetido a indagações ou bem de pessoa ofendida ou danificado do delito que segundo as normas deste ponto de questão seriam atribuídos à competência de um dever judiciário compreendido no distrito da corte de apelação em cujo o magistrado executa as próprias funções ou o exercitava ao momento do fato, são de competência do Juiz, igualmente competente por matéria, que tem residência na localidade do distrito da corte de apelação determinada pela lei.

- Se no Distrito determinado aos sentidos do inciso, o magistrado mesmo veio a exercitar as próprias funções em um momento sucessivo a aquele do fato, e competente o juiz que tem moradia localizada dos diversos distritos da Corte de apelação determinado aos sentidos do mesmo inciso.

– Os procedimentos conexos a aqueles em cujo um magistrado assume a qualidade de pessoa submetida a indagações, de imputado ou bem de pessoa ofendida ou danificado do delito, são de competência do mesmo Juiz especificado a norma do inciso 1.”

Se relata o texto dos artigos 125 e 737 do código do processo civil.

ART. 125 (Conteúdo e subscrição dos atos de partes) – Salvo que a lei disponha de outra maneira e citação, a recurso, o comparecimento, o contra-recurso, o preceito devem indicar o dever judiciário, as partes, o objeto, as razões da petição e as conclusões ou a estância e, tanto na original quanto nas cópias de notificar, devem ser subscritos da parte, se ela está em juízo pessoalmente, ou então do defensor.



A procuração ao defensor do personagem, pode ser liberada em data posterior à notificação do ato, contando que anteriormente à constituição da parte representada.

A disposição do inciso precedente não se aplica quando a lei pede que a citação seja subscrita do defensor munido de mandato especial.

“ART. 737 (Forma da petição e da providência) – As providências que devem ser pronunciadas da câmara de conselho, se pedem com recurso ao Juiz competente e tem forma de decreto motivado, salvo que a lei disponha de outro modo.”

Nota ao Art. 6 :

Para o texto do art. 6 da convenção para a salvaguarda (ou proteção) dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, 04 de agosto de 1955, nº 848, veja nas notas do Art. 2”<sup>1</sup>.

A respeito dessa lei italiana que regula o procedimento indenizatório pela parte que sofre dano em razão da demora na entrega da prestação jurisdicional, não podemos deixar de registrar as conclusões formuladas por Paulo Hoffman, ob. cit. pp. 215/ 218:

11. Diante de uma Justiça italiana lenta e morosa, os cidadãos italianos, apoiados na Convenção Européia, passaram a socorrer-se da possibilidade de recurso à Corte Européia como forma de salvaguardar seus direitos e exigir a finalização dos processos judiciais em tempo justo ou indenização pelos prejuízos materiais e morais advindos da exagerada duração do processo.

12. A Convenzione Per La Salvaguardia Dei Diritti Dell´uomo e Delle Liebertá Fondamentali, datada de 4 de novembro de 1950, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotou os principais

---

<sup>1</sup> A tradução da referida lei foi feita por Tradução: Gaudenzio Di Lello Telefone: (062) 218-21-91 / 218-36-97 E-mail: [professorlello@ig.com.br](mailto:professorlello@ig.com.br)

princípios norteadores do convívio em sociedade, com respeito mútuo, veto a condições ou situações de vida indigna, além de diversas determinações de ordem jurídica e prática, a proteger a pessoa humana em seu próprio país ou quando no exterior, fato importantíssimo para o desenvolvimento da humanidade, principalmente naquele período do pós-guerra.

13. Como forma de assegurar o respeito aos preceitos contidos na Convenção, instituiu-se a formação e o funcionamento permanente da Corte Européia, com sede em Estrasburgo, com número de juízes igual ao dos países-membro.

14. Com essa previsão de um processo com um término em prazo razoável, a Convenção Européia dos Direitos do Homem já demonstrava, há mais de 50 anos, a importância de que o julgamento das causas judiciais fosse dotado de mecanismos que permitissem uma demora que não ultrapasse aquela estritamente necessária, isso quando nem sequer se imaginava que um processo pudesse durar 10, 20 ou até 30 anos, como, infelizmente, ocorre atualmente em alguns casos.

15. Importante ressaltar, que a Corte entende que a duração deve ser compreendida em seu todo, ou seja, não só a parte do processo de conhecimento, mas também a satisfação do direito reclamado em juízo, ou isoladamente em cada uma de suas fases. Assim, se até o trânsito em julgado da sentença o processo tiver sido super eficiente, mas o cumprimento desta for indesejável, também será devida a indenização. Outro ponto interessante é que tanto o autor quanto o réu podem pleitear indenização perante a Corte, antes mesmo do término da demanda judicial e independentemente de quem seja vencedor na causa, uma vez que a simples indefinição a que são submetidas as partes quanto ao direito controvertido já é bastante para gerar dano a ser reparado. Não se discute o direito subjetivo posto em juízo, nem o acerto ou incorreção da decisão interna, mas somente se o processo teve duração razoável ou exagerada.

16. Desde 1990 a Itália vem realizando alterações importantes no Código de Processo Civil, tudo no intuito de tornar mais célere e efetivo o processo civil, inclusive com reforma do texto constitucional. Dentro desse quadro, no que concerne à parte processual, destacamos a nova redação do artigo 111 da Constituição da República Italiana:

Art. 111: La giurisdizione si attua mediatne il giusto processo regolato dalla legge. Ogni processo si svolge nel contraddittorio tra le parti, in condizione di parità, davanti a giudice terzo e imparziale. La legge ne assicura la ragionevole durata <sup>2</sup>.

17. Não há contradição em usar ou defender a expressão justo processo, porquanto um processo pode existir e terminar, sem nunca ter sido justo, adequado, honesto e democrático. Entretanto, um processo sem que sejam rigorosamente respeitados todos os princípios processuais e morais destacados, mas que tenha uma duração excessivamente longa, não será igualmente justo, motivo pelo qual sua duração razoável é preocupação que deve orientar o legislador, o jurista e todos os operadores do direito, sob pena de se transformar a atividade jurisdicional em seu todo em uma grande fábula, um enorme dispêndio de tempo e dinheiro, que jamais atinge o fito e princípio maior do estado democrático, que é a realização da mais lúdima forma de justiça.

18. Diante da necessidade de se introduzir lei específica no ordenamento jurídico italiano sobre o dever de indenizar aquele que sofra prejuízo em decorrência da duração exagerada do processo, após uma primeira tentativa infrutífera, em 24 de março de 2001, foi aprovada lei com a previsão da justa reparação em caso de violação do prazo razoável de duração do processo e de modificação do artigo 375 do Código de Processo Civil.

---

<sup>2</sup> (A jurisdição é posta sob o efeito e por meio do processo justo regulado por lei. Cada processo é realizado em oposição entre as partes, nas condições da paridade, na frente de um do juiz terceiro e imparcial. A lei assegura a duração razoável) (Tradução livre).

19. Reafirma-se que a lei de 'equa riparazione' não pode, nem deve ser considerada um fim em si mesma, mas um primeiro passo a reparar em pequena parte quem sofre com a demora do processo, ao qual devem seguir-se as reformas necessárias na legislação e, principalmente, na estrutura da máquina judiciária estatal.

20. O principal critério para a definição do quantum da indenização é da posta *in gioco*, isto é, o valor pessoal, patrimonial e moral envolvido na causa em discussão, assim como as conseqüências que a demora acarreta na vida, na honra, nos interesses e no destino do jurisdicionado lesado com a duração exagerada do processo".

Paulo Hoffmanna retrata, nas conclusões acima citadas e por ele elaboradas, a real configuração do direito assegurado pela legislação ordinária, na Itália, a quem sofre dano pela demora na entrega da prestação jurisdicional.

Inescusável o reconhecimento de que a postula legal italiana influenciou a aprovação, no Brasil, do inciso LXXVIII, incluído no art. 5º, da CF.

O tema duração razoável do processo em sido motivo, também, de preocupação dos juristas portugueses.

Fausto Quadros, Doutor em Direito e Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, Advogado, em artigo intitulado "A responsabilidade civil extracontratual do Estado-problemas gerais", publicado via internet, [www.gplp.mj.pt/home/rcece/Fq340.pdf](http://www.gplp.mj.pt/home/rcece/Fq340.pdf), ao tratar da responsabilidade do Estado-juiz, desenvolve as idéias seguintes:

"A responsabilidade do Estado por actos da função judicial constitui hoje um princípio pacificamente adquirido no Direito Comparado, especialmente, por exemplo, no Direito espanhol.

Convém começar por se sublinhar que existe um núcleo de decisão da consciência individual e, por isso, totalmente independente, do juiz. Esse núcleo é inexpugnável e deve continuar a sê-lo.

Sem prejuízo disso, o Estado é, contudo, responsável:

- a) por atraso na justiça, que se atenuará drasticamente quando também os tribunais, o Ministério Público e os juízes tiverem, como têm as partes no processo, prazos obrigatórios e peremptórios e não só prazos meramente ordenadores ou reguladores;
- b) por erro judiciário, entendido como mero manifesto ou grosseiro na interpretação e na aplicação do Direito;
- c) por violação, ou colaboração na violação, do segredo de justiça, da qual resulte prejuízos para outrem;
- d) por sentenças incorretas ou injustas que, por isso, causem prejuízos a alguma das partes”.

Adverte, porém, o ilustre professor acima citado:

Esta forma de responsabilidade deve estar sujeita aos mesmos requisitos da responsabilidade subjectiva, inclusive o regime de solidariedade e o dever de regresso. A responsabilidade do Estado-Juiz pode nascer de actos não estritamente jurisdicionais: por exemplo, por acções ou omissões dos serviços dos tribunais. Também aqui a culpa do serviço deve ser interpretada em termos restritos.

A preocupação, em Portugal, com a demora na entrega da prestação jurisdicional e a indenização às partes quando dano lhes provocar, ensejou a apresentação de um projeto de lei, de onde destacamos as propostas a seguir enumeradas:

- a) Art. 2º - Alteração ao Código de Processo Penal – O art. 225º do Código de Processo Penal passa a ter a seguinte redacção: - 1 – Quem tiver sofrido prisão preventiva ou outra medida cautelar de privação, total ou parcial, da liberdade

que sejam ilegais ou se venham a revelar injustificadas por erro na apreciação dos pressupostos de facto de que dependiam, pode requerer, perante o tribunal competente, indenização dos danos sofridos. 2 – Ressalva-se o caso de o lesado ter concorrido para o erro com dolo ou culpa grave.

b) Art. 12º. Regime geral. Salvo o disposto nos artigos anteriores, é aplicável aos danos ilicitamente causados pela administração da justiça, designadamente por violação do direito a uma decisão judicial em prazo razoável, o regime de responsabilidade por factos ilícitos cometidos no exercício da função administrativa.

c) Art. 13º - Responsabilidade por erro judiciário. 1 – Sem prejuízo do regime especial aplicável aos casos de sentença penal condenatória injusta e de privação injustificada da liberdade, o Estado é civilmente responsável pelos danos decorrentes de decisões jurisdicionais manifestamente inconstitucionais ou ilegais ou injustificadas por erro grosseiro na apreciação dos respectivos pressupostos de facto. 2 – O pedido de indenização deve ser fundado já prévia revogação da decisão danosa pela jurisdição competente.

d) Art. 14º - Responsabilidade dos magistrados. 1 – Sem prejuízo da responsabilidade criminal em que possam incorrer, os magistrados judiciais e do Ministério Público não podem ser diretamente responsabilizados pelos danos decorrentes dos actos que pratiquem no exercício das respectivas funções, mas, quando tenham agido com dolo ou culpa grave, o Estado goza de direito de regresso contra eles. 2 – A decisão de exercer o direito de regresso sobre os magistrados cabe ao órgão competente para o exercício do poder disciplinar, a título oficioso ou por iniciativa do Ministro da Justiça.

Demonstramos, com o panorama doutrinário e legal acima transcrito, a que patamar está essa importante modificação introduzida no campo da responsabilidade civil extracontratual do Estado, com reflexos diretos na atuação jurisdicional do Poder Judiciário e influenciando as transformações que estão ocorrendo na legislação processual. Todos devem firmar conscientização sobre esse novo momento criativo do ordenamento jurídico que visa, unicamente, considerar a demora na entrega da prestação jurisdicional quando injustificada como sendo uma

violação a direito fundamental voltado para proteger a dignidade humana e os valores componentes da cidadania.

### 3. AS REFORMAS CONTEMPORÂNEAS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E OS SEUS REFLEXOS NO DIREITO JUDICIÁRIO TRABALHISTA.

As últimas reformas introduzidas no Direito Processual Civil brasileiro (2004, 2005 e 2006) estão dirigidas a fixar mecanismos que, ao serem utilizados pelo juiz, alcancem a eficácia e a efetividade da garantia imposta no inciso LXXVIII, do art. 5º, da CF, isto é, a entrega da prestação jurisdicional buscada por quem confia na atuação do Poder Judiciário, dentro de um prazo razoável.

Vinculando a nossa análise, de modo específico, à influência que as reformas no Direito Processo Civil refletem do Processo Judiciário Trabalhista, com base em doutrinação de vários autores, apresentamos, a seguir, em forma de enunciados, as conclusões que podem ser firmadas.

Não devemos deixar de registrar que o Direito Processual do Trabalho só é completado pelo Direito Processual Civil, na forma do art. 769, da CLT, quando houver omissão de sua parte. Além da exigência desse requisito, a omissão, há de se verificar, também, se a aplicação da regra processual civil não está incompatível com os princípios explícitos e implícitos que regem o rito trabalhista.

Dando ênfase a essa maneira de entender como ocorre a completude do Direito Processual do Trabalho pelo Direito Processual Civil, tendo em vista as reformas introduzidas na legislação processual civil, nos anos 2004, 2005 e 2006, apresentamos a respeito os seguintes enunciados:

Tendo em vista os ditames da Lei n. 11.232, de 22 de dezembro de 2005, que unificou o processo de conhecimento e o processo



de execução e deu outras providências, aplica-se subsidiariamente ao processo trabalhista:

1) Enunciado n. 1 – Outorga de poderes ao juiz para requisitar, do devedor e do terceiro, a exibição de dados e informações necessárias à liquidação do julgado. Não sendo atendida a requisição, a lei autoriza que o juiz considere corretos os cálculos apresentados pelo credor, comprovada a inércia do devedor e do terceiro. Essa decisão do juiz não afasta a apuração de responsabilidade por crime de desobediência (art. 575-B, §§ 1º e 2º).

2) Enunciado n. 2 – O juiz trabalhista, não tendo condições intelectuais de analisar a lisura da memória dos cálculos apresentados pelo credor, especialmente quando os valores excederem os limites da sentença exeqüenda, poderá valer-se da Contadoria Judicial para assessorá-lo. O mesmo procedimento em caso de assistência judiciária (art. 475-b, § 3º).

3) Enunciado n. 3 - Todas as regras sobre a liquidação por arbitramento e por artigos poderão ser aplicadas pelo Juiz Trabalhista, quando for o caso, e inexistir disciplina em sentido contrário no processo regulado pela CLT (arts. 475-C a 475-E).

4) Enunciado n. 4 - O juiz trabalhista, em se tratando de execução provisória, poderá dispensar caução para o levantamento de depósito em dinheiro ou para a prática de atos de alienação de propriedade, até o limite de 60 (sessenta) salários mínimos (art. 475-O).

5) Enunciado n. 5 - Poderá, ainda, o juiz trabalhista dispensar, em se tratando de execução provisória, caução para o levantamento de depósito em dinheiro ou para a prática de atos de alienação de propriedade, sem respeitar o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, se pender, apenas, sobre a execução agravo de instrumento junto ao Tribunal Superior do Trabalho, salvo a hipótese final presente no inciso II, § 2º do art. 475-O, isto é, se firmar convencimento de que a

dispensa de caução pode, de modo manifesto, resultar risco de grave dano, de difícil ou de incerta reparação à parte executada.

6) Enunciado n. 6 - Aceitação pelo juiz trabalhista dos documentos apresentados pelo advogado para fins de execução provisória, quando o causídico, utilizando-se da permissibilidade do art. 544, § 1º do CPC, declara, de próprio punho e sob sua responsabilidade pessoal, que as peças do processo que apresentou são autêntica.

7) Enunciado n. 7 - Execução imediata, no processo trabalhista, da parte líquida da sentença, sem prejuízo, concomitantemente, da liquidação da parte ilíquida em autos apartados (art. 475-I, § 2º).

8) Enunciado n. 8 - Ser dispensada a citação para o início da fase do cumprimento do julgado, conforme autoriza o art. 475-J do CPC.

9) Enunciado n. 9 - Aplicar ao devedor a multa de 10%, no caso da obrigação imposta pela sentença transita em julgado não for liquidada no prazo de 15 dias. Este prazo, se a sentença for líquida, deverá ser contado do dia em que o executado tomou conhecimento da sentença. Se a sentença for ilíquida, do dia em teve ciência da decisão proferida no procedimento da liquidação (art. 475-J).

10) Enunciado n. 10 - Não mais ser permitido o executado nomear bens à penhora (art.475-J).

11) Enunciado n. 11 – Efetuar a intimação da penhora e da avaliação na pessoa do advogado do executado ou diretamente a este pela via postal (art. 475-J, § 1º).

12) Enunciado n. 12 – O juiz trabalhista pode determinar o arquivamento dos autos, após o término do processo de conhecimento e decorridos 6 (seis) meses, quando os autos não possuírem elementos

suficientes para apuração dos valores da condenação e a parte, após ter sido intimada, não os apresentar. A retomada da marcha da execução pode ser tomada a qualquer tempo, antes da prescrição consumada, tanto de ofício, como em razão de manifestação da parte exequente (art. 475-J, § 5º).

13) Enunciado n. 13 - O art. 475-J, § 5º, não se aplica no caso de cobrança de créditos previdenciários e fiscais. Há o § 4º do art. 40 da Lei n. 6.820/80, conforme redação da Lei n. 11.051, de 2004, a tanto impedindo.

14) Enunciado n. 14 - Alegação pela parte, ao impugnar a execução (embargos à execução trabalhista (art. 884, CLT), de falta de nulidade da citação, se o processo correu à revelia; de ser inexigível o título judicial; de ser incorreta a penhora ou haver erro na avaliação; de ser parte ilegítima para a execução; de haver excesso de execução; de qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 475-L, incisos I a VI).

15) Enunciado n. 15 – Possibilidade de, atendendo ao art. 475-L, § 2º, de ser rejeitado liminarmente a impugnação (embargos à execução, art. 884, CLT), nos casos em que o impugnante (embargante) não declare, quando se tratar de excesso de execução, o valor remanescente que entende ser correto.

16) Enunciado n. 16 - Aplicação como regra geral dos efeitos não suspensivos à impugnação da sentença (embargos à execução trabalhista), salvo quando, em face da relevância dos fundamentos da impugnação, ficar desde logo comprovada a possibilidade de ser causado grave dano de difícil ou incerta reparação ao executado (art. 475-M, § 1º).

17) Enunciado n. 17 - Admissibilidade da execução prosseguir, mesmo existindo impugnação (embargos) ao título judicial,

quando o credor apresentar caução idônea, cujo arbitramento será feito pelo juiz (art. 475-M, § 1º).

18) Enunciado n. 18 - Aceitação, quando da impugnação ao título judicial (embargos), de ser alegada a sua inexigibilidade por fundamento baseado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo STF como incompatíveis com a CF (art. 475-L, § 1º, c/c o art. 741, em relação aos embargos opostos pela Fazenda Pública, da CLT).

19) Enunciado n. 19 - Adoção da regra do art. 475-P que imprime caráter itinerante aos autos da execução, definitiva ou provisória. Esse caráter itinerante permite que o Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, remeta os autos para o Juízo onde se encontrem bens do devedor ou onde se localizam os bens sujeitos à expropriação (art. 475-P).

20) Enunciado n. 20 - Adoção do art. 475-Q no referente ao fato de ser constituído capital para garantir prestação de caráter alimentício em sentença condenatória por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho.

Quanto às determinações da Lei n. 11.276, de 07 de fevereiro de 2006, que alterou a forma de interposição de recursos, que permite o saneamento de nulidades processuais em segundo grau e criou a súmula impeditiva de recursos, consideramos que quatro reflexos foram produzidos no processo trabalhista. Ei-los:

1) Enunciado n. 1 – Início da contagem do prazo recursal a contar da publicação, apenas, da parte dispositiva do acórdão do TRT, no órgão oficial (art. 506, inciso III).

2) Enunciado n. 2 - Possibilidade do juiz trabalhista de primeiro grau reexaminar os pressupostos do recurso ordinário após a apresentação da resposta pela parte recorrida (art. 581, § 2º) .

3) Enunciado n. 3 - Ser possível ao TRT, no julgamento do recurso ordinário, ao se deparar com nulidade sanável, determinar o saneamento processual, renovando-se ou repetindo-se o ato, prosseguindo-se com o julgamento do recurso (art. 515, § 4º).

4) Enunciado n. 4 - Adoção da súmula impeditiva de recurso. O juiz não receberá o recurso ordinário quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Supremo Tribunal Federal ou do TSE (118 súmulas) ou do STJ.

Concordamos com a doutrina quando defende que “é perfeitamente compatível com o Processo do Trabalho o disposto no novo art. 285-A do Código de Processo Civil, que permite ao Juiz proferir sentença inaudita altera parte de total improcedência do pedido à vista de precedentes do próprio Juízo nesse mesmo sentido, contra a qual seria cabível, na processualística especializada, o recurso ordinário” (Luciano Athayde Chaves, in “A Recente Reforma no Processo Comum – Reflexos no Direito Judiciário do Trabalho”, 2ª. edição, LTR, p. 201).

Temos, ainda, a Lei n. 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, que introduziu modificações na disciplina da incompetência relativa, que permite a comunicação dos atos processuais por meios eletrônicos, que alterou o procedimento de reconhecimento da prescrição, a forma dos processos serem distribuídos, a ação rescisória e a vista dos autos em colegiado.

Os reflexos da mencionada lei no processo judiciário do trabalho são os abaixo relacionados:

1) Enunciado n. 1 – O sistema permite que o Juízo de primeiro grau declare, de ofício, a nulidade da cláusula de eleição de fora, declinando da competência para o Juízo trabalhista competente, considerando-se a combinação do art. 112, parágrafo único, do CPC, com o art. 651 e seguintes da CLT, inclusive em relação às causas movidas por

trabalhadores sem vínculo empregatício, conforme regulação do art. 114, I da CF.

2) Enunciado n. 2 – A comunicação dos atos processuais por meios eletrônico (art. 154, parágrafo único do CPC) pode ser disciplinado pelos TRTs.

3) Enunciado n. 3 - Em caso de reiteração de pedido, verificando-se que é repetição de pedido anteriormente formulado e extinto sem resolução de mérito, será feita a distribuição por dependência, ainda que parcialmente alterados os réus da demanda. O mesmo procedimento, isto é, distribuição por dependência, será utilizado quando presente ajuizamento de ações idênticas (art. 253, II e III, CPC).

4) Enunciado n. 4 – O advogado do demandado revel será intimado, obrigatoriamente, de cada ato decisório praticado nos autos (art. 322, caput, CPC). Tratando-se de sentença definitiva, a intimação continua sendo feita às partes, por força do que determina o art. 852 do CLT.

5) Tratando-se de ação rescisória, está aberto, de modo legal, a possibilidade de ser concedida medida de natureza cautelar ou antecipatória de tutela para suspender a execução da sentença rescindenda, em caso de potencialidade do direito alegado e demonstração de lesão grave e de difícil reparação à parte demandada (art. 489 CPC). Há confirmação do que a jurisprudência já vinha adotando.

6) Regulação do pedido de visa pelo relator. Obrigação do processo ser devolvido no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o recebeu. O julgamento do processo terá prosseguimento na 1ª sessão ordinária subsequente à devolução dos autos por quem pediu vista, com dispensa de nova publicação em pauta. Se os autos não forem devolvidos no prazo de 10 (dez) dias, sem solicitação de prorrogação de prazo pelo relator, o presidente do órgão julgado requisitará o processo e reabrirá o

julgamento na sessão ordinária subsequente, com publicação em pauta (art. 555, §§ 2º e 3º do CPC).

Para a comprovação da divergência nos recursos de revista e embargos de divergência perante o TST, a Lei n. 11.341, de 07 de agosto de 2006, permite que o dissídio jurisprudencial seja provado mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos em confronto. Alteração do art. 541, parágrafo único do CPC. Obs. Embargos de divergência no TST só são cabíveis para a Sub-Seção 1 de Dissídios Individuais do próprio Tribunal.

Tema que tem despertado acesa discrepância de entendimento entre os doutrinadores do processo do trabalho é a alteração introduzida no art. 219, § 5º, do CPC, que passou a admitir o pronunciamento da prescrição pelo juiz, de ofício, em qualquer tipo de demanda, quer se trate de direitos indisponíveis, quer se trate de direitos disponíveis.

A EMATRA da 15a. Região, em seminário realizado em 04.08.2006, concluiu pela aplicabilidade, ao processo do trabalho, do art. 219, § 5º, do CPC.

Há, contudo, doutrinadores que assumem posição contrária. Seguem essa orientação Arion Sayão Romita ("Pronúncia de ofício de prescrição trabalhista", in Suplemento Trabalhista, SP: LTr, 2006, n. 100, pp. 421-423), Jorge Luiz Souto Maior ("Reflexos das alterações do Código de Processo civil no Processo do Trabalho", in Revista LTr – Legislação do Trabalho, SP: LTr, 2006, v. 70, n. 8, agosto, pp. 920-930) e Manoel Carlos Toledo Filho ("O novo parágrafo 5º do art. 219 do CPC e o Processo do



Trabalho", in Suplemento Trabalhista, São Paulo, LTr, 2006, n. 082, pp. 345-347), entre outros.

Guilherme Guimarães Feliciano, em vigoroso trabalho intitulado "O novíssimo processo civil e o processo do trabalho: uma outra visão", publicado no site <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?Id=9182>, acessado em 04 de março de 2007, defende a aplicação do art. 219, § 5º, do CPC, no curso do processo trabalhista. São suas as conclusões a seguir registradas:

Na verdade, ao pronunciar de ofício a prescrição, o juiz não está fulminando direitos do trabalhador. Está apenas reconhecendo uma situação jurídica consumada (cuja cognoscibilidade, antes, era 'pendente condicione", sujeitando-se à alegação ritual da parte). Será melhor fazê-lo, como quer a lei, e julgar apenas as pretensões viáveis, do que não fazer e instaurar um estado de desigualdade nas regras de rito, permitindo que a sorte seja uma variável hipertrofiada no processo do trabalho. O cidadão deve depositar suas esperanças na justiça de seu caso (dimensão ética) e no direito material aplicável (dimensão técnica), não nos lapsos ou na incompetência técnico-processual do 'ex adverso' (dimensão aleatória).....Por conseguinte, a solução mais equânime está mesmo em aplicar a norma do artigo 219, § 5º, CPC no processo laboral, em todos os casos, com sensível proveito para a segurança jurídica, para a celeridade processual e para a própria dimensão ética do processo.

Os debates estão sendo desenvolvidos em larga escala no campo doutrinário. A jurisprudência definirá o rumo definitivo a ser tomado.

#### 4. CONCLUSÃO

Temos a convicção de que o Processo Judiciário do Trabalho não tem merecido as devidas atenções do Poder Legislativo. Urge que ganhe a sua autonomia integral, desvinculando-se, integralmente, do Direito Processual Civil.

Não obstante os dogmas do Código de Processo Civil estejam envolvidos por um processo de glorificação da cidadania e do respeito à dignidade humana, os dogmas do Processo Judiciário do Trabalho são mais amplos, por terem uma destinação harmônica com a do Direito Material que aplica: tornar efetiva e eficaz a função social da norma trabalhista.

Cientificamente, o processo de completude hoje realizado pelo relacionamento entre o Direito Processual Civil e o Processo Judiciário do Trabalho, em casos omissos e que não contrariem os princípios do último, não encontra obstáculos filosóficos jurídicos. Contudo, na produção de efeitos há um panorama que impõe algumas distâncias que desqualificam a Justiça Social trabalhada pelo Poder Judiciário Trabalhista. Urge que um Código Processual Trabalhista autônomo, dotado de postulados e princípios específicos, com ritos céleres, desburocratizados, simples, transparentes, sustentado na transparência e na confiança da atuação dos juízes e dos advogados, com disciplina normativa atualizada, seja aprovado.

Lembramos, na oportunidade, pensamento do Min. José Luciano Castilho Pereira, em “Celeridade Processual e Segurança Jurídica”, com o desenvolvimento seguinte:

Como é sabido, o Processo do Trabalho surgiu, na década de 40 – do século passado - como uma grande novidade. Simples. Despido de formalismo. Concentrando os atos processuais numa só audiência, consagrando, em verdade, o princípio da oralidade. Instituidor da citação via postal. Suprimindo o despacho da petição inicial, que também passou a ser bem simples. Criador do forte poder inquisitório do Juiz, a quem se reservou até a iniciativa da execução, concorrentemente com as partes.

Isso dava ao Processo do Trabalho celeridade e eficácia, diminuindo substancialmente o campo do abuso processual, pois, a rigor, todos os atos aconteciam em audiência, que estava sob o comando direto, imediato e inquisitório do Juiz. Mais ainda. Para se desenvolver o abuso processual, precisa da complexidade, do formalismo-burocrático e, sempre,

de um processo sinuoso e cheio de armadilhas. A simplicidade alimenta a informalidade e torna célere e eficaz o provimento do juiz.

Resta dizer, neste ponto, que os puristas do Direito Processual receberam, com enorme desprezo, os princípios fundamentais do Processo do Trabalho, confundindo, numa postura bem subdesenvolvida, simplicidade com vulgaridade, vislumbrando riscos à segurança e à dignidade da Justiça.

Mas, infelizmente, a complexidade da vida foi levando os processualistas do trabalho a invocar, cada vez mais, o Processo Civil na solução das lides trabalhistas. Fato que também se deve a um certo e injustificável complexo de inferioridade cultural.

Assim, as bases do Processo do Trabalho foram ficando cada vez mais abaladas, sendo que, hoje, até sua autonomia vem sendo questionada e com razão.

Na medida em que o Processo do Trabalho foi se distanciando de suas origens, a forma processual foi se fortalecendo, abrindo oportunidade ao abuso processual, que ao tempo da inflação galopante, chegou a ser um escândalo, levando o empregado a aceitar qualquer acordo, por mais vil que ele se mostrasse, pois era impossível esperar o fim do processo, marcado por um sem número de nulidades.

A inflação está debelada, mas não chegaram ao fim os muitos recursos e a procrastinação inesgotável, até mesmo quanto a pagamento de salários, que aprendemos ter caráter alimentar.

No Tribunal Superior do Trabalho, por mais que se procure evitar a decretação de nulidade, ela, muitas vezes, é acolhida, pois foi armada teia tão fina quanto ao processo, que é difícil decidir um recurso que não seja aberto com uma preliminar de nulidade.

Mas, quanto ao Processo do Trabalho, deve ser explicitado que o número de processos no TST é grande em números absolutos, mas é pequeno relativamente aos processos ajuizados na primeira instância, fazendo com que, em verdade, ainda seja rápida a tramitação das reclamações trabalhistas.

Mas, inegavelmente, mais célere seria sua tramitação não fosse a perda da simplicidade inicial, fazendo com que a CLT tornasse caudatária do Processo Civil. Tanto isto é verdade, que o Tribunal Superior do Trabalho tem uma Subseção que somente cuida de mandados de segurança, ações rescisórias e medidas cautelares, sendo uma das mais difíceis e trabalhosas Seções do Tribunal.

É de ser lembrado que, para coibir abusos, pouco tem sido feito especificamente no Processo do Trabalho, uma vez que, ainda aqui, quase sempre temos aplicado o Processo Civil, nem sempre com importações bem sucedidas.

Mas há mais.

Volto a lembrar as novidades no Processo Civil, cada vez mais simplificado, em ordem à celeridade e à eficácia, enquanto estamos ficando presos à antiga estrutura do Processo Civil, confundindo segurança jurídica com quantidade de recursos.

Vejam o exemplo do procedimento sumaríssimo, no Processo do Trabalho. Como todos sabem a grande novidade do procedimento sumaríssimo foi restabelecer o antigo Processo do Trabalho, numa espécie de volta para o futuro. Com ele, foi reduzida a possibilidade de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho. E, como se sabe, notadamente em alguns lugares como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, grande é o sucesso alcançado, sendo que, em Minas, cerca de 70% das novas reclamações se enquadram no novo procedimento, que, como disse, é substancialmente velho.

Pois bem, no anteprojeto, que saiu do TST, havia uma outra novidade - a rigor a grande novidade do projeto – que dizia que o Recurso Ordinário somente seria admitido por violação legal, constitucional ou por contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho. Este ponto foi vetado pelo Presidente da República, sob o argumento de que já havia sido reduzida a possibilidade de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho, sendo, portanto, inconveniente, diminuir a possibilidade da parte de recorrer para o Tribunal Regional.

Ora, esse entendimento é incompatível com a celeridade processual; mas veja-se que ele está vinculado à idéia da segurança jurídica: o número de recursos assegura uma maior segurança jurídica.

Temo que esta mentalidade acabe por dar razão a CALMON DE PASSOS nesta crítica dura e candente:

centralizamos demasiados poderes nos tribunais em detrimento dos juízes do primeiro grau, desfigurando a própria independência da magistratura (...) os julgamentos do primeiro grau'.

Continua o Prof. CALMON DE PASSOS:

estão desmoralizados por força de um sistema de recursos engendrado para fortalecer a posição dos tribunais, permissivo de liminares deferidas por relatores ou presidentes de tribunais suspendendo a eficácia de decisões do primeiro grau, muitas vezes, elas sim, configurando flagrantes ilegalidades (...)’ (op. cit. pp. 109 e 112).

Não ratifico tudo o que está no pensamento do professor CALMON DE PASSOS, mas, inegavelmente, deveremos ter humildade em analisá-lo com isenção e muito espírito crítico.

Precisamos resolver o impasse entre celeridade e segurança, mas não poderemos equacioná-lo sem manifesta e inequívoca confiança nos juízes de primeiro grau.

Matéria extraordinariamente importante na Justiça do Trabalho, em que o juiz tem direto e imediato relacionamento com as partes.

Concordamos, inteiramente, com a manifestação do Min. José Luciano Castilho Pereira, do TST, que acima foi reproduzida.

Estamos em século de transformações que têm por destinação a valorização da cidadania e da dignidade humana. Esses valores buscados, na atualidade, por toda a sociedade global, só serão alcançados se, entre tantas outras modificações exigidas pela sociedade, concretize-se a de que a entrega da prestação jurisdicional, especialmente, a trabalhista seja feita de acordo com os anseios de todos os segmentos da sociedade, isto é, com celeridade, segurança, confiança e valorizado os postulados democráticos.

#### BIBLIOGRAFIA:

O presente trabalho está apoiados, entre outras e outros, especialmente nas obras e artigos seguintes:

Ávila, Humberto. "Teoria dos Princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos". São Paulo: Editora Malheiros, 6a. ed., set. 2006.

Bermudes, Sérgio (A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional n. 45, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005

Castilho Pereira, José Luciano – "Celeridade Processual e Segurança Jurídica", artigo publicado no site [www.tst.gov.br/ArtigosJuridicos/GMLCP/CELERIDADEPROCESSUAL.pdf](http://www.tst.gov.br/ArtigosJuridicos/GMLCP/CELERIDADEPROCESSUAL.pdf)

----- "Perspectivas do Direito e do Processo do Trabalho". Idem.

Chaves, Luciano Athayde – "A recente reforma no processo comum – Reflexos no Direito Judiciário do Trabalho" – São Paulo: LTr 2a. edição, outubro 2006.

Feliciano, Guilherme Guimarães – "O novíssimo processo civil e o processo do trabalho: uma outra visão". Artigo inserido no site: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9182>".

Fux, Luiz – "A Reforma do Processo Civil" – RJ: Editora Impetus, 2006.

Firmo Júnior, Paulo César Rosso – “Inaplicabilidade do art. 219, § 5º, do CPC ao processo do trabalho” – Artigo inserido no site: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9068>.

Hoffman, Paulo – “Razoável Duração do Processo” – SP: Edit. Quartier Latin, 2006.

Marques de Lima, Francisco Meton e Marques de Lima Francisco Gérson – “Reforma do Poder Judiciário – comentários iniciais à EC 45/2004”. SP: Malheiros, abril de 2005.

Martins Romar, Carla Teresa e Reis de Sousa, Otávio Augusto (Coordenadores), “Temas relevantes de Direito Material e Processual do Trabalho”, obra coletiva. SP: LTr, 2000.

Quadro, Fausto. Artigo intitulado “A responsabilidade civil extracontratual do Estado-problemas gerais”, publicado via internet, [www.gplp.mj.pt/home/rcece/Fq340.pdf](http://www.gplp.mj.pt/home/rcece/Fq340.pdf).

Silva, Jacqueline Mielke e Neves Xavier, José Tadeu – “Reforma do Processo Civil” – Porto Alegre: Edit. Verbo Jurídico, 2006.

Soares, Evanna – “A remessa ‘ex officio’ no processo do trabalho diante da Lei n. 10.352/2001”. Artigo inserido no site <http://jus2.uol.com.br/soutrina/texto.asp?id=3060>.

Teixeira Filho, Manoel Antônio – “As alterações no CPC e suas repercussões no Processo do Trabalho”. SP: Edit. LTr, 4a. ed., 1996.

Vale, Mário Ribeiro – “Lei 11.187/2005 – Inaplicação ao Processo do Trabalho” – Artigo inserido no site: <http://www.advogados-es.com.br>.

Wambier, Luiz Rodrigues; Alvim Wambier, Teresa Arruada; Garcia Medina, José Miguel – “Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil (2)” – São Paulo: RT, 2006.